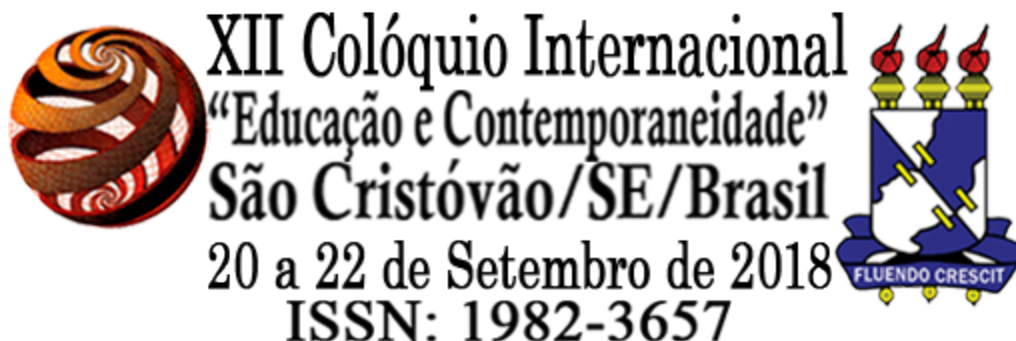




Recebido em:
18/05/2017
Aprovado em:
19/05/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

ALFABETIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA: BUSCANDO AVANÇOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS FUTUROS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

EVELYN MONARI BELO

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO

Atualmente, é comum observarmos uma grande preocupação e intensos debates sobre a necessidade da alfabetização. Ora porque nossos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental não desenvolvem as habilidades necessárias ao domínio dos processos de leitura e escrita, ora porque julgamos indispensável o cultivo de uma nova cultura. Assim, o presente trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre a necessidade de oferecimento de uma alfabetização universitária. Para tanto, as ideias do físico e ambientalista Fritjof Capra respaldam a discussão proposta por oferecerem condições de uma discussão interdisciplinar, tão necessária ao desenvolvimento do saber acadêmico e sua articulação com a realidade do sistema educacional brasileiro.

ABSTRACT

Nowadays, it's common to observe a very big worry and intense debates on the necessity of literacy. Either because our students from the initial years of Primary School don't develop the abilities necessary to master the Reading and writing processes, or because we consider indispensable, the appearing of a new culture. Thus, this paper aims to propose a reflection on the necessity to offer, a college literacy. For this, the ideas of the physicist and environmentalist Fritjof Capra direct the discussion proposed for offering conditions for an interdisciplinary discussion, so necessary to the development of the academic knowledge and its articulation with the reality of the Brazilian educational system.

PALAVRAS-CHAVE:

Alfabetização. Ensino Fundamental. r. Formação de professores.

KEY WORDS

Literacy. Primary School. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a educação brasileira é uma tarefa que não exige apenas disciplina, mas sobretudo, perspicácia para que os problemas encontrados não sejam compreendidos e interpretados à luz de justificativas já conhecidas e facilmente aceitas: a culpa é do sistema. não temos infraestrutura para trabalhar e a desvalorização salarial exige que

o professor atue em tempo integral em locais diferenciados.

Em poucas palavras, é comum verificarmos que há muitos problemas no sistema educacional brasileiro. Entretanto, a necessidade de investimento na formação dos futuros profissionais da educação continua sendo um verdadeiro desafio.

Uma primeira questão surge quando verificamos o alto índice de crianças que apresentam dificuldade na aprendizagem dos processos que caracterizam a leitura e a escrita: *“será que nossos futuros professores passam por um processo de formação adequado às necessidades expressas nos índices que caracterizam nossos sistemas avaliativos”*

Tal situação resulta, imediatamente, em reflexões que muitas vezes não são fundamentadas em teorias, mas que resultam da prática docente que caracteriza o perfil de nossas salas de aula.

No decorrer de onze anos, a autora desse artigo atuou simultaneamente como professora do Ensino Superior para cursos de graduação em Pedagogia, bem como orientou trabalhos e participou de bancas de pós-graduação além de nunca ter abandonado suas salas de aula de anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de uma condição que deveria ser essencial aos docentes que se dispõem a preparar futuros profissionais da educação, pois a sala de aula é um local que nos permite aprender todos os dias. Neste ato de aprender, merecem destaque os professores.

Ser professor é “para poucos”. Bem preparados são, mas precisam aprender no momento em que participam do processo de formação que participam no Ensino Superior que quanto mais buscarem pelo conhecimento, maior será sua percepção sobre seu desconhecimento e sua capacidade de desempenhar sua profissão com verdadeira maestria. Para aprender, é necessário estar aberto ao novo e às trocas, e não somos preparados para o “colocar-se no lugar do outro”. Mesmo assim, aprendemos que devemos ensinar nossos alunos a conviver em grupo e a trabalhar em grupo. Se não sabemos como fazer isso, como podemos desenvolver tal habilidade

Encontra-se nesse questionamento o ponto de partida para a reflexão proposta. Portanto, o leitor é convidado a compartilhar das reflexões apresentadas nesse trabalho.

1. O “aprender” na formação de professores: quem sou eu em processo de formação quando estou me alfabetizando para preparar futuros cidadãos

Na atuação dos professores, a necessidade de um diploma de curso universitário na cultura brasileira ainda relaciona a possibilidade de conquistar uma condição de vida razoável se considerarmos a condição mais geral da maioria dos profissionais da educação em virtude dos resultados colhidos através da dedicação ao estudo ao longo de anos. Esta é a primeira “opção” que nos convida a “re-pensar” a formação em nível superior.

Como segunda opção, pode-se questionar como podemos adequar nossas convicções à necessidade de fomentar entre os alunos do curso de Graduação em Pedagogia a busca por uma alfabetização continuada de suas práticas, denominada nesse artigo como alfabetização universitária.

Mas, o que seria pensar em alfabetização no processo de formação de profissionais da educação

Não podemos desconsiderar que é algo extremamente necessário, mas também preocupante, pois muitos profissionais já atuantes no Ensino Superior não compreendem a necessidade de inovação em aulas que, certamente, não devem suprimir a importância da teoria, mas devem valorizar e implantar práticas que permitam a articulação de ideias, a troca de experiências e que, desafiando a “ordem natural” das exigências da vida acadêmica, façam dos estágios momentos proveitosos.

Buscando apoio para estas reflexões, podemos considerar que em outros países, já há algum tempo, tais questionamentos são reais e norteiam o rumo dos sistemas educacionais:

No conjunto deste articulado são omissas referências explícitas à investigação [...]. No entanto, podem sugerir que as formações, ao nível de pós-graduação, para competências profissionais, podem ser feitas, com qualidade, sem investigação ou processos

cientificamente fundamentados. [...] No núcleo das práticas parece indispensável colocar supervisores com formações, a nível de doutoramento, e percursos de investigação e de práticas reflexivas com qualidade, que permitam apoiar os futuros docentes (a) a tornarem-se investigadores dos seus contextos educacionais e das suas próprias práticas e investigativas na docência sejam conciliadas através de atitudes e modalidades de investigação adequada às diversas exigências dos conceitos e sujeitos educativos. (CARDOSO, 2009, p.115)

As situações de ensino e aprendizagem preveem a interação entre teoria e prática. Entretanto, é comum verificarmos que a prática citada representa a prática docente, e, na maioria das vezes, desconsidera a prática oriunda das ações discentes. Em outras palavras, há um descompasso nesse discurso, impedindo o “crescimento”, o desenvolvimento profissional de ambos.

A importância da co-participação – docentes e discentes – se torna elemento fundamental na formação dos futuros profissionais da educação pelo fato de assegurar uma relação horizontal, como afirmava o educador Paulo Freire. No mesmo nível, aluno e professor se dispõem a ensinar e aprender e a aprender e ensinar, simultaneamente. São as trocas, as experiências, o convívio nesse meio acadêmico que propiciarão novas possibilidades de ação.

Reflexões sobre o sistema educacional nos aproximam do que é a visão sistêmica. De acordo com Capra:

Por volta da década de 30, a maior parte dos critérios de importância-chave do pensamento sistêmico tinha sido formulada pelos biólogos orgânicos, psicólogos da Gestalt e ecologistas. Em todos esses campos, a exploração de sistemas vivos – organismos, partes de organismos e comunidades de organismos – levou os cientistas à mesma nova maneira de pensar em termos de conexidade, de relações e de contexto. [...] Na mudança do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico, a relação entre as partes e o todo foi invertida. [...] As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo maior. Desse modo, o pensamento sistêmico é um pensamento “contextual”; e, uma vez que explicar coisas considerando o seu contexto significa explicá-las considerando o seu meio ambiente, também podemos dizer que todo pensamento sistêmico é pensamento ambientalista. (2004, p. 46-47)

O fragmento apresentado como respaldo às reflexões propostas neste trabalho tem como função agregar a visão sistêmica – que não constitui o objetivo principal da discussão apresentada – à condição de alfabetizar o futuro profissional da educação de modo a prepará-lo para o que a autora denominou no título desse trabalho como “alfabetização universitária”.

Alfabetizar na vida acadêmica implica direcionar as ações dos discentes no sentido da busca pelo conhecimento. Conhecer, por sua vez, é uma ação fundamental no processo de crescimento, pois caracteriza a amplitude, a possibilidade de alcance do saber que podemos oferecer.

Surge, então, uma questão:

“Como você alfabetizaria um estudante universitário”

Não devem ser considerados discentes incapazes de redigir com maestria um texto, demonstrando talento para a vida acadêmica em seu contexto de difusão de conhecimento resultando em trabalhos reconhecidos e apresentados.

As deficiências que os alunos apresentam no tocante ao domínio dos processos de leitura e escrita existem nos diferentes níveis e modalidades de ensino, e os professores, geralmente, compreendem e associam o processo de alfabetização apenas como algo ensinar o domínio dos mecanismos de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Podemos concordar com isso Retomando o subtítulo, quem sou eu em processo de formação quando estou me alfabetizando para preparar futuros cidadãos*

Respondendo rapidamente, sou uma educadora e um dos meus objetivos é exercer uma prática que, a longo prazo, contribua para a formação de uma consciência coletiva, elemento a ser discutido na sequência das reflexões aqui

apresentadas.

1. A alfabetização universitária é possível

Refletindo a partir das questões aqui apresentadas, é impossível não identificar a presença da práxis educacional tão defendida por Paulo Freire na trajetória da autora enquanto educadora.

A tão defendida “práxis”, em linhas gerais, nada mais é do que a reflexão do educador a partir de sua própria prática. E este momento de “autorreflexão” se sobrepõe à necessidade de nossa ação. Se não paralisarmos algumas ações para reorganizá-las, as modificações necessárias que resultarão desta nova postura não ocorrerão. Atuar simultaneamente nas séries iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Superior na formação de professores foi fator decisivo para procurar atuar de forma coerente, na qual discurso e prática conduziram a preparação das aulas ministradas aos futuros pedagogos.

Nessa perspectiva, alfabetizar é propor-se a aprender sem temer o desconhecido e até mesmo o retrocesso.

Para um melhor entendimento, é possível estabelecer uma analogia entre a alfabetização universitária citada no título e as fases de aquisição do processo de escrita ao qual o discente é submetido: entre as fases esperamos que a criança ou mesmo o adulto sempre avancem, melhorando sua compreensão dos procedimentos necessários à leitura e à constituição das palavras, porém, podem haver retrocessos também. Em outras palavras, quando nos propomos a aprender buscando e construindo o conhecimento, precisamos aceitar que nem sempre o avanço é o primeiro resultado. Os obstáculos são necessários, mas nem sempre são aceitos. Se não apresentamos dificuldades ou mesmo resultados que não correspondam às expectativas expressas nos objetivos das ações pedagógicas, “há algo errado”.

Alfabetizar um discente universitário, então, necessita ser um desafio aceito pelos professores que atuam nesse nível de ensino, seja qual for a modalidade (presencial, semipresencial ou ensino a distância).

O ato de alfabetização desses discentes representa, sobretudo, o já estabelecido tripé que tanto conhecemos e defendemos na universidade pública: ensino-pesquisa-extensão. No entanto, há dificuldades para que a prática represente verdadeiramente a teoria quando nos propomos a oferecer condições para a concretização dessa alfabetização universitária.

Retomando a analogia, quem alfabetiza compreende que a criança ou adulto envolvidos nesse processo passa pela aquisição desse conhecimento sendo avaliados através de seu desempenho caracterizado em fases (hipóteses de escrita, níveis de escrita, conforme o autor que aborde as ideias de Emília Ferreiro).

Essas fases são denominadas como pré-silábica (ou pré-silábico, se considerarmos nível e não hipótese), silábica sem valor sonoro (de vogal ou consoante), silábica com valor sonoro (de vogal ou consoante), silábico-alfabética e alfabética.

Linearmente, o aluno deveria avançar uma por uma as fases apresentadas no parágrafo anterior. Aliás, é o que os docentes geralmente esperam: que seus alunos avancem, que prossigam superando os obstáculos encontrados na aprendizagem e que, assim, progridam sempre. Diante dessa perspectiva, se retrocedem, nós docentes temos um “problema” a ser resolvido.

Na analogia aqui proposta, o correto é que o aprendiz avance as fases do processo de aquisição dos mecanismos de leitura e escrita, mas quando demonstram retrocesso, o fato é observado de forma crítica, pois houve falhas que resultaram no fracasso. Essa situação é muito comum no Ensino Fundamental e a “culpa pela falha”, é atribuída a uma prática docente inadequada. Já no Ensino Superior, a alfabetização universitária que caracteriza este trabalho, não necessita de fases para caracterizar a aprendizagem e o nível de desenvolvimento e desempenho dos alunos. Necessita, sim, da prontidão dos procedimentos metodológicos dos docentes para a contribuição na formação desses futuros profissionais, que será observada em sua atuação.

Um aluno do Ensino Superior está submetido a novas formas de compreensão da realidade. Mas uma condição deve ser analisada em meio a tantas outras: a universidade deve orientar a busca pelo conhecimento sem desconsiderar conquistas a partir de novas experiências. Alunos nessas condições não devem ser analisados e/ou avaliados à luz de

índices ou níveis conforme os alunos do Ensino Fundamental. Sua condição de aprendiz já se encontra em um nível diferenciado, pois a vida acadêmica permite o acesso a fontes, ao reconhecimento de referenciais que lhes sejam mais adequados às suas questões. Em suma não é uma trajetória baseada apenas em acertos, mas sim em um caminho que não exige a linearidade, valorizando o enriquecimento a partir de pontos de partida diferenciados e que se alternam constantemente, evidenciando diferentes potencialidades que despertam o conhecimento científico. Assim, confirmamos as ideias de Capra (op.Cit.) apresentadas anteriormente.

A preocupação com a formação docente constitui um tema que discute como faremos para desmistificar velhas práticas sem correremos o risco de encontrar justificativas para os resultados que não nos representam e nem mesmo possuem significado. Então, reafirmando as reflexões apresentadas, podemos considerar que:

La especificidade de la universidad en cuanto bien público reside tanto em ser la institución que liga el presente con el futuro – por los conocimientos que produce y por la formación que promueve – como em ser un espacio público privilegiado para la discusión abierta, lo que liga a um proyecto democratizador de construcción de ciudadanía crítica y reflexiva. (BOREL, 2014, p.51)

Na atualidade, problemas econômicos não podem e nem mesmo devem ser desconsiderados. No entanto, é necessário buscar alternativas, pois não há possibilidade de modificação sem investimentos. O ensino é sempre um setor que sofre diretamente as consequências de uma crise.

Atuar como docente exige, além de preparo, perspicácia e perseverança. Apoiando nossas reflexões no fragmento apresentado, sendo a universidade um bem público, nada mais adequado que oferecer condições aos discentes acadêmicos para direcionarem suas ações objetivando a realização de uma prática diferenciada.

O propósito de formação aberta exposto nas ideias de Borel (op.Cit.) nos remete a refletir sobre o conceito de alfabetização universitária e questionarmos: *“para quem estamos abertos”*

A resposta para essa questão é complexa e, dificilmente, encontraremos uma resposta adequada e precisa. Mas devemos estar “abertos” a dois aspectos que merecem destaque:

1. A principal abertura deve ser identificada na possibilidade de vencer nossa resistência às mudanças. Diante de uma nova situação, seja ela cumprir ordens ou implementar um novo projeto com nossas turmas, a primeira reação é não aceitar a mudança, algo inerente à natureza humana. Tudo o que é novo é diferente e, inconscientemente, nos conduz a resistir à aceitação porque pode “colocar em risco” nossa atuação já estruturada, ou melhor, já acomodada.
2. Os docentes do Ensino Superior devem facultar aos alunos a articulação entre teoria e prática, promovendo situações de ensino e aprendizagem capazes de promover o desenvolvimento das habilidades dos futuros profissionais, evidenciando, conseqüentemente, suas competências. Reformular os estágios é mais que uma alternativa, é uma necessidade. Nossos discentes necessitam de uma reformulação nas horas práticas dedicadas a essa exigência curricular, da qual deveria resultar o estabelecimento de grupos de estudo aliado ao exercício da prática e, principalmente, pesquisa aplicada.

A observância de tais condições pressupõe a colaboração com o desenvolvimento de uma consciência coletiva que, por sua vez, seja expressa em uma prática pedagógica receptiva.

A receptividade tem como princípio a aceitação de nossa capacidade de ação de forma pontual, diferenciada. Em sala de aula, temos a possibilidade de oportunizar aos alunos o conhecimento da teoria de forma significativa. Portanto, deveria ser uma exigência o “convênio” entre saber acadêmico e Educação Básica. Realizando esforços na mesma direção, com os mesmos objetivos, poderemos nós, docentes, concretizarmos a alfabetização universitária proposta.

Poderemos promover novos saberes, estabelecendo regras que permitam a troca de experiências para além da concretização de intercâmbios. Necessitamos de ações efetivas, significativas e que, em um país como o nosso, consistem em nossa ação como prática da responsabilidade social.

Propor a reflexão acerca da própria prática é uma necessidade que, primeiramente, deve prevalecer na prática dos docentes universitários.

É crucial a diferença que o exercício da autorreflexão sobre a atuação desempenhada ocasiona na formação dos futuros profissionais. Se compete a um arquiteto a habilidade para a projeção de construções, certamente a prática de profissionais que não são docentes mas que atuam nesta condição nos cursos destinados a oferecer tal formação é imprescindível. Porém, em situações como esta, nos encontramos diante de um dilema: como permitir que profissionais especializados, que não são docentes em sua formação, sejam considerados aptos a desempenhar tal função

Será que apenas uma exigência da legislação educacional assegura a melhor formação dos profissionais e, conseqüentemente, seu melhor desempenho

Esta é uma questão que nos permite compreender e verificar a importância da alfabetização universitária, pois:

[...] o reconhecimento da indeterminação como uma característica-chave de fenômenos naturais faz parte de uma profunda reconceitualização da ciência. [...]

(PRIGOGINE apud CAPRA, 2004, p.151)

Assim, podemos considerar que a alfabetização universitária deixa de ser um desafio para ser uma necessidade, ou como é comum ouvirmos usualmente em debates e grupos de estudo, “gênero de primeira necessidade” que compete a quem atua no Ensino Superior e na Educação Básica buscarem a tão desejada articulação entre teoria e prática, que se traduz no saber acadêmico auxiliando na atuação docente, alfabetizando quem alfabetiza aqueles que ainda não dominam os processos de leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado certamente foge à proposta de apresentação de resultados se considerado em conformidade com as normas para participação no evento. No entanto, é necessário e mister salientar que reflexões sobre as reais condições de trabalho não podem ser “ignoradas” diante das dificuldades e agruras enfrentadas na prática pedagógica.

Desde a insuficiência de recursos básicos, como por exemplo a infraestrutura das unidades educacionais e a carência de materiais pedagógicos até a formação docente precisamos observar, analisar, refletir e, sobretudo, buscar alternativas para agir em função das reais necessidades de nossos educandos.

Nesta perspectiva, alfabetizar o estudante de nível superior é promover situações de aprendizagem verdadeiramente significativas, que facultem ao futuro profissional uma avaliação prévia sobre sua decisão e escolha para atuar no mercado de trabalho.

Como escrito no corpo do texto, ser professor “é para poucos”, e assim precisamos nos conscientizar de que a prática em sala de aula deve resultar de um esforço comum, conjunto e consciente. Em outras palavras, é como se o tripé ensino-pesquisa-extensão passasse a ser caracterizado como esforço comum-atividade conjunta-prática consciente, representando a linha de pensamento dos “3 C’s”.

Alfabetizar é um processo iniciado e sempre desenvolvido, jamais finalizado. Portanto, cabe ao docente, seja ele atuante em quaisquer níveis e /ou modalidades de ensino efetivar uma prática pedagógica real e concreta, capaz de promover avanços mesmo diante de retrocessos, atribuindo significado e sentido à alfabetização universitária proposta.

Associando tais reflexões ao título desse respeitado e importante evento, educação e contemporaneidade são elementos indissociáveis, que condizem com a necessidade da alfabetização universitária como ponto de partida para as transformações necessárias. Em suma, é necessário que as ideias aqui apresentadas se distanciem do papel e se tornem reais na proximidade com a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, C. **Uma conciliação necessária na formação de professores.** In: A página da educação. Série II, n.º 185, verão 2009.

CAPRA, F. **A teia da vida.** Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 9. ed. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2004.

MALET, A. M.; MONETTI, E. (comps.) **Debates universitarios acerca de lo didáctico y la formación docente.** Didáctica general y didácticas específicas. Estrategias de enseñanza. Ambientes de aprendizaje. Colección Universidad. Noveduc. 1º edición, enero de 2014.

[1] Doutora em Geografia (Organização do Espaço – UNESP – IGCE). Mestre em Geografia (Organização do Espaço – UNESP - IGCE). Especialista em Instrumentação para o Ensino da Geografia (UNESP – IGCE) e em Alfabetização (UNESP – IB). Aperfeiçoamento em Práticas Educacionais Inclusivas (UNESP – BAURU). Licenciada em Geografia (CEUCLAR). Licenciatura plena em Pedagogia (UNESP). Habilitada para o Magistério (Ensino Médio). Atuante nas séries iniciais do Ensino Fundamental na rede pública municipal de Rio Claro – SP. Organizadora do livro “Cenas e Cenários Geográficos e Históricos no Processo de Ensino e Aprendizagem, Pontes Editora, 2013).